

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.419.748 - SP (2018/0337556-7)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS FUNCEF
AGRAVANTE : R3 INVESTIMENTOS S/A
AGRAVANTE : RAS INVESTIMENTOS LTDA
AGRAVANTE : FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIARIO GWI RENDA IMOBILIARIA - FII
AGRAVANTE : AD SHOPPING - AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE SHOPPING CENTERS LTDA
ADVOGADOS : GABRIEL TOSETTI SILVEIRA E OUTRO(S) - SP252852
CRISTIANO SILVA COLEPICOLO - SP291906
LEONARDO RIBEIRO CALDEIRA BRANT JUNIOR - MG150044
FERNANDA ALTINO OLIVEIRA - SP316456
AGRAVADO : DIEGO DE OLIVEIRA SUMI
ADVOGADO : DARRIER BENCK DE CARVALHO DIAS - SP267638
INTERES. : RENE FERNANDES SUMI
INTERES. : LOURDES DE OLIVEIRA SUMI
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE0000000M

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. 2. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO NÃO EFETIVADO. SIMILITUDE FÁTICA NÃO EVIDENCIADA. IMPRESCINDIBILIDADE. ART. 1.029, § 1º, DO CPC/2015. 3. IMPENHORABILIDADE DOS VALORES CONSTANTES EM CONTA UTILIZADA PARA O RECEBIMENTO DE SALÁRIO. PRETENSÃO DE MITIGAÇÃO. DESCABIMENTO. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIAÇÃO DADA A INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. 4. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER EM PARTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por Fundação dos Economiários Federais FUNCEF e outros contra decisão que não admitiu o processamento do recurso especial.

Compulsando os autos, verifica-se que os ora recorrentes interpuseram agravo de instrumento, desafiando julgado de primeiro grau que reconheceu a impenhorabilidade dos valores constantes de sua conta bancária, em decorrência da

natureza salarial.

A Trigesima Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo negou provimento ao agravo, nos termos do acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 315):

AGRAVO DE INSTRUMENTO - BLOQUEIO DE CONTA BANCÁRIA NA QUAL SE DEPOSITA VERBA SALARIAL - IMPENHORABILIDADE

Inadmissível a constrição do salário para pagamento de dívida ordinária, devendo ser realizada uma interpretação restritiva das exceções que permitem a constrição, não evidenciado qualquer excedente a justificar a penhora de salário (art. 649, IV, do CPC/73/art. 833, IV, do NCPC).

RECURSO IMPROVIDO.

Os embargos de declaração opostos pelos demandantes foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, interposto com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, os recorrentes apontaram a existência de violação ao art. 489, § 1º, IV, do Código de Processo Civil de 2015 e de interpretação divergente acerca da aplicação do art. 833, IV, também do referido diploma processual.

Defenderam, em síntese, a ocorrência de negativa de prestação jurisdicional, bem como a possibilidade de se mitigar a regra da impenhorabilidade salarial.

Contrarrazões às fls. 367-373 (e-STJ).

Não admitido o processamento do apelo extremo na origem, as partes insurgentes interpõem o presente agravo.

Contraminuta apresentada (e-STJ, fls. 402-409).

Brevemente relatado, decido.

Relativamente à suposta negativa de prestação jurisdicional, é preciso deixar claro que o acórdão recorrido resolveu satisfatoriamente a questão deduzida no processo - notadamente quanto à mitigação da impenhorabilidade salarial -, não havendo que se falar em violação ao art. 489, § 1º, do CPC/2015, até porque, conforme entendimento desta Corte, "se os fundamentos do acórdão recorrido não se mostram

suficientes ou corretos na opinião do recorrente, não quer dizer que eles não existam. Não se pode confundir ausência de motivação com fundamentação contrária aos interesses da parte, como ocorreu na espécie. Violação do art. 489, § 1º, do CPC/2015 não configurada" (AgInt no REsp 1.584.831/CE, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 14/6/2016, DJe 21/6/2016).

No que se refere ao cerne da temática relativa à impenhorabilidade dos valores depositados em conta bancária provenientes de salário, consigna-se que os recorrentes não procederam à demonstração do dissídio jurisprudencial, nos moldes exigidos pelo art. 1.029, § 1º, do CPC/2015, tendo em vista que se descuraram de realizar o necessário cotejo analítico, a fim de evidenciar a similitude fática existente entre os casos confrontados.

Ainda que superado tal fundamento, verifica-se que o Tribunal de origem, sopesando o acervo fático-probatório do feito, entendeu pela impossibilidade de mitigação da impenhorabilidade, porquanto não comprovada a existência de eventual resíduo do salário percebido pelo ora recorrido.

A propósito, confirmam-se os trechos subsecutivos do acórdão recorrido (e-STJ, fls. 316-317):

O Novo Código de Processo Civil tratou de forma similar a questão da impenhorabilidade do artigo 649, do Código Buzaid (art. 833, do NCPC), porém, excluiu a expressão "absolutamente impenhoráveis" prevista no caput do artigo 649, do CPC73, consignando apenas que "são impenhoráveis", indicando rol idêntico àquele da norma pretérita. Embora singela no aspecto lingüístico, trata-se de omissão eloqüente do legislador de 2015.

Conforme leciona Bruno Garcia Redondo¹, a supressão do termo "absolutamente" tem como objetivo "deixar claro que a proteção aos bens indicados nos incisos não é absoluta". Aqui, sequer seria necessário invocar o Novo Código de Processo, já que há muito se consolidou que inexiste valor absoluto no tocante à impenhorabilidade.

A flexibilização de norma garantidora, todavia, deve ser observada de forma restrita. Embora sustente que a natureza alimentar e impenhorável que o legislador deu ao salário não serve de arrimo legal para o não pagamento de dívidas, não há fundamento jurídico para a manutenção da constrição, inexistindo autorização para que haja tamanha apropriação de bem essencial para a subsistência do ser humano.

A supressão do termo "absolutamente" significa que há exceções, mas, a execução de dívida em questão não constitui exceção. A exceção, aliás, está expressa no próprio Código (§2º, do artigo 833,

do Novo Código de Processo Civil), isto é, fosse uma execução de dívida alimentar, não há dúvida da penhorabilidade do salário. *Contrario sensu*, injustificada a penhora de valores por força de contrato de prestação de serviços, sob risco de violar a impenhorabilidade do artigo 833, inciso IV, do Código de Processo. Poder-se-ia cogitar a constrição se demonstrado que algum excedente do salário entrou na esfera de disponibilidade do devedor (ou seja, sobra de um mês para outro), mas, jamais admitir o bloqueio integral do salário já no começo do mês, por absoluta falta de previsão legal. Sobre o tema, iterativa jurisprudência, inclusive do C. Superior Tribunal de Justiça:

[...]

No caso concreto, não se pode falar em sobra ou esfera de disponibilidade, já que a constrição judicial foi realizada poucos dias depois de depositado o salário, não sendo verificar se haveria ou não sobra (fls. 28). Logo, não há dúvida da impenhorabilidade integral do montante, não subsistindo a constrição efetivada, sem prejuízo de vindouras tentativas de bloqueio que recaiam apenas e tão somente sobre a sobra.

Desse modo, para suplantar a cognição do TJSP (acerca da impossibilidade de mitigação da impenhorabilidade salarial, porquanto não demonstrado ter havido eventual sobra), seria imprescindível o reexame do conjunto de fatos e provas dos autos, o que não se admite nesta instância extraordinária, em razão do disposto na Súmula 7/STJ.

Impende registrar que, consoante iterativa jurisprudência desta Corte, a incidência da Súmula n. 7 do STJ impede o conhecimento do recurso lastreado, também, pela alínea c do permissivo constitucional, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática de cada caso.

Corroborar esse entendimento o seguinte julgado:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANO MORAL. MANUTENÇÃO INDEVIDA DE GRAVAME. QUANTUM INDENIZATÓRIO. SÚMULA N. 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. INEXISTÊNCIA DE SIMILITUDE.

1. A revisão de indenização por danos morais só é viável em recurso especial quando o valor fixado nas instâncias locais for exorbitante ou ínfimo. Salvo essas hipóteses, incide a Súmula n. 7 do STJ, impedindo o conhecimento do recurso.

2. Tratando-se de danos morais, é incabível a análise do recurso com base na divergência pretoriana, pois, ainda que haja grande

semelhança nas características externas e objetivas, no aspecto subjetivo, os acórdãos são distintos.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp n 794.875/RS, Relator Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 3/12/2015, DJe 10/12/2015)

Ante o exposto, conheço do agravo para conhecer em parte do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Publique-se.

Brasília (DF), 1º de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

